



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria das Cidades



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE FARIAS BRITO/ CE

9º RELATÓRIO MENSAL DE ANDAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PMSB - RMA

Outubro/2011



CONSÓRCIO DGH - Cariri (CONSDUCTO □ GERENTEC □ HIDROCONSULT)

Endereço:

Av. Washington Soares, nº 855, sala 103

Edson Queiroz □ Fortaleza/CE

Fone/Fax: (85) 3458405

CNPJ:13.461.376/000415

IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA DAS CIDADES



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DAS CIDADES
COORDENADORIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Secretário das Cidades

Camilo Sobreira de Santana

Secretário Adjunto

Eugenio Rabelo

Secretário Executivo

Sérgio Barbosa

Coordenadoria de Saneamento Ambiental

Coordenador: Edmundo Olinda Filho

Gerenciamento e Fiscalização do Contrato

Edilson Uchôa Lopes

Fernando Sérgio Studart Leitão

Endereço:

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Cambeba | CEP: 60.830-120 | Fortaleza/CE

Fone: (85) 3101-4448 | Fax: (85) 3101-4450

Email: cidades@cidades.ce.gov.br

Eng^o Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Eng^o Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Eng^o Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tec^o San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE





IDENTIFICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

Prefeito do Município de Farias Brito

José Vandevelder Freitas Francelino

Secretaria de Infraestrutura

Roberto Rodrigues Silva

Secretaria de Saúde

José Liberalino de Menezes Neto

Secretaria de Ação Social

Maria Socorro de Oliveira

Endereço:

Rua: José Alves Pimentel, 87

CEP: 63.185-000 | Farias Brito/CE

Fone: (88) 3544-1223 | Fax: (88) 3544-1335

Email: fariasbrito@fariasbrito.ce.gov.br

Eng^o Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Eng^o Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Eng^o Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tec^o San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE





ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO	1
1. INTRODUÇÃO AO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE FARIAS BRITO – CE	2
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O 9º RELATÓRIO MENSAL DE ANDAMENTO - RMA.....	4
3. DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES	5
3.1. Ofício Recebido da Prefeitura Municipal de Farias Brito	5
3.2. Elaboração do Relatório de Diagnóstico da Situação e de seus Impactos nas condições de Vida (RDS)	5
3.3. Elaboração do Relatório de Sistema de Indicadores Sanitários, Epidemiológicos, Ambientais e Socioeconômicos (RSI)	7
3.4. Elaboração do Prognóstico (RCPCA, RCPS, ROM, RCP, RPPA e RAEC)	7
3.5. Elaboração do Relatório de Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência e Eficácia das Ações Programadas (RASP)	8
3.6. Elaboração do 9º Relatório de Mecanismos de Participação da Sociedade (RMPS).....	8
3.7. Elaboração do 9º Relatório de Acompanhamento da Implantação de um Sistema de Informações dos Planos de Saneamento (RSIS).....	9
ANEXOS	11
ANEXO A – OFÍCIO	12

Engº Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Engº Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Engº Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tecº San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE





APRESENTAÇÃO

O presente documento consiste no **9º Relatório Mensal de Andamento da Elaboração do PMSB – RMA** do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB de Farias Brito, elaborado no âmbito do Contrato nº 008/CIDADES/2010, instituído entre a Secretaria das Cidades e o Consórcio DGH - Cariri, com o objetivo de prestar assessoria e consultoria na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB.

Esse Contrato é resultante do Termo de Cooperação Técnica nº 004/CIDADES/2009, firmado entre a Prefeitura Municipal de Farias Brito e a Secretaria das Cidades.

O Convênio Funasa 1258/2009 se insere no propósito do Governo Federal de apoiar os municípios brasileiros na busca continuada por acesso universalizado ao saneamento básico pautado na Lei Federal nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o setor de saneamento. Considerando o que dispõe a legislação federal, o PMSB visa à definição de estratégias e metas para os setores de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além da drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Engº Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Engº Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Engº Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tecº San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE





1. INTRODUÇÃO AO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE FARIAS BRITO – CE

Com a aprovação da Lei Federal nº 11.445/07, o setor de saneamento passou a ter um marco legal, baseado em princípios da eficiência e da sustentabilidade econômica, controle social, segurança, qualidade e regularidade, buscando fundamentalmente a universalização dos serviços.

O panorama da situação brasileira com relação às condições sanitárias é precário. Dessa maneira, o Governo Federal, por meio da Secretaria das Cidades, em parceria com a Prefeitura Municipal de Farias Brito, visa fortalecer o planejamento das ações de saneamento com a participação popular atendendo aos princípios da política nacional de saneamento básico (Lei Federal nº 11.445/07), objetivando melhorar a salubridade ambiental, proteger o meio ambiente e promover a saúde pública, com vistas no desenvolvimento sustentável do Município.

Sendo assim, o Plano Municipal de Saneamento Básico de Farias Brito se compõe dos seguintes produtos: Produto 1 - Relatório de Sistema de Indicadores Sanitários, Epidemiológicos, Ambientais e Socioeconômicos – RSI; Produto 2 - Relatório de Diagnóstico da Situação e de seus Impactos nas condições de Vida – RDS; Produto 3 - Relatório de Cenários Prospectivos e Concepção de Alternativas – RCPCA; Produto 4 - Relatório de Compatibilização com os demais Planos Setoriais – RCPS; Produto 5 - Relatório de Objetivos e Metas de Curto, Médio e Longo Prazo para a Universalização, admitidas soluções graduais e progressivas – ROM; Produto 6 - Relatório de Compatibilização com os Planos Plurianuais e com outros Planos Governamentais Correlatos – RCP; Produto 7 - Relatório de Programas, Projetos e Ações necessárias para atingir os Objetivos e as Metas, identificando possíveis Fontes de Financiamento – RPPA; Produto 8 - Relatório de Ações para Emergências e Contingências – RAEC; Produto 9 - Relatório de Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência e Eficácia das Ações Programadas – RASP. Nessa sistemática também são apresentados relatórios mensais, sendo: **Relatório Mensal de Andamento da Elaboração do PMSB – RMA**, Relatório de Mecanismos de Participação da

Engº Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Engº Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Engº Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tecº San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE





Sociedade – RMPS e Relatório de Acompanhamento da Implantação de um Sistema de Informações dos Planos de Saneamento – RSIS.

Os relatórios mensais de andamento (RMA), de mecanismos de participação da sociedade (RMPS) e de sistema de indicadores (RSIS) são encaminhados descrevendo as atividades referentes às etapas de desenvolvimento do PMSB de Farias Brito. Considerando a elaboração e entrega do trabalho denominado Relatório Preliminar de Planejamento para Elaboração do PMSB de Farias Brito, alguns aspectos foram descritos enquanto atividades, sendo adotada para elaboração do RMA, RMPS e RSIS a descrição das ações desenvolvidas conjuntamente em outubro.

Eng^o Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Eng^o Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Eng^o Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tec^o San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE





2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O 9º RELATÓRIO MENSAL DE ANDAMENTO - RMA

Conforme metodologia estabelecida pela Secretaria das Cidades, os Relatórios Mensais de Andamento – RMA correspondem a uma consolidação de cada etapa de construção do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. O presente documento consiste no 9º Relatório Mensal de Andamento da Elaboração do PMSB de Farias Brito. Este relatório contém uma síntese das atividades desenvolvidas durante o período de elaboração do Plano compreendido entre **08/10/11** e **07/11/11**, as quais são listadas abaixo:

- Ofício recebido da Prefeitura Municipal de Farias Brito;
- Elaboração do Relatório de Diagnóstico da Situação e de seus Impactos nas Condições de Vida (RDS);
- Elaboração do Relatório de Sistema de Indicadores Sanitários, Epidemiológicos, Ambientais e Socioeconômicos (RSI);
- Elaboração do Prognóstico (RCPCA, RCPS, ROM, RCP, RPPA e RAEC);
- Elaboração do Relatório de Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência e Eficácia das Ações Programadas (RASP);
- Elaboração do 9º Relatório de Mecanismos de Participação da Sociedade (RMPS);
- Elaboração do 9º Relatório de Acompanhamento da Implantação de um Sistema de Informações dos Planos de Saneamento (RSIS).

Engº Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Engº Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Engº Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tecgº San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE



3. DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

3.1. Ofício Recebido da Prefeitura Municipal de Farias Brito

O Consórcio DGH – Cariri recebeu o Ofício nº 55, de **20 de outubro de 2011**, da Prefeitura Municipal de Farias Brito (**Anexo A**) solicitando o adiamento da Conferência que seria realizada no período entre **25 de novembro a 15 de dezembro de 2011**, devido à aproximação das datas comemorativas de fim de ano e o envolvimento dos membros do Conselho Popular e Atores Sociais em outras atividades referentes às instituições que representam os compromissos dos secretários municipais em ações governamentais. A nova data para realização da Conferência será apresentada a partir de **10 de janeiro de 2012**.

3.2. Elaboração do Relatório de Diagnóstico da Situação e de seus Impactos nas condições de Vida (RDS)

O Relatório de Diagnóstico da Situação e de seus Impactos nas condições de Vida – RDS encontra-se em fase de elaboração mediante levantamento de dados e informações técnicas, realizado pela equipe do Consórcio DGH – Cariri no município; em banco de dados de diversos órgãos responsáveis pela gestão e gerenciamento de cada setor do Saneamento Básico; por meio da internet e através das ações de mobilização social com a população, visando à integridade das ações a serem empreendidas no processo de elaboração do diagnóstico.

No RDS são abordados os seguintes temas:

- Levantamentos, compilação de dados e informações, verificação de consistência e análise contextual do saneamento básico no município;
- Identificação e avaliação dos índices de atendimento e disponibilidade dos serviços nas áreas urbanas e rurais, dos sistemas que compreendem o saneamento básico;
- Caracterização e avaliação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, quanto à saúde pública e a proteção ao meio ambiente;
- Identificação e avaliação das tecnologias utilizadas na prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

Eng^o Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Eng^o Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Eng^o Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tec^o San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE



- e) Identificação e avaliação dos sistemas de informações e processos de decisão existentes, detectando os mecanismos de controle social na prestação dos serviços públicos de saneamento básico;
- f) Caracterização dos aspectos de segurança, qualidade e regularidade, e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão de recursos hídricos;
- g) Levantamento, identificação e avaliação das soluções individuais adotadas, bem como das ações e serviços de responsabilidade privada, no setor de saneamento básico;
- h) Levantamento, caracterização e avaliação de programas de controle de perdas, uso racional da água e energia elétrica e outros recursos naturais na prestação dos serviços públicos de saneamento básico;
- i) Levantamento das condições estabelecidas no contrato de concessão atual, salientando a responsabilidade pela fiscalização do cumprimento do contrato, a política tarifária e as garantias estabelecidas, dos setores de saneamento básico;
- j) Identificação das formas de remuneração pela cobrança dos serviços abordando os aspectos de sustentabilidade econômico-financeira no setor de saneamento básico, envolvendo:
 - I. Estrutura tarifária, padrões de uso ou de qualidade;
 - II. Consumo mínimo, custo mínimo, demanda alterada e capacidade de pagamento dos usuários.
- k) Identificação e avaliação dos critérios de interrupção dos serviços e a sistemática adotada na prestação dos serviços de saneamento básico local;
- l) Identificação e avaliação dos indicadores de desempenho adotados;
- m) Verificação e avaliação da amortização dos bens reversíveis, e identificação de créditos decorrentes de investimentos no setor de saneamento básico;
- n) Verificação e avaliação do atendimento aos requisitos de licenciamento, qualidade, regularidade, continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas de saneamento básico, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Eng^o Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Eng^o Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Eng^o Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tec^o San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE





- o) Verificação e avaliação da situação dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do plano.

A conclusão do relatório dar-se-á com a realização do Seminário, pois se faz necessário a opinião e as expectativas da população no relatório em relação ao saneamento básico e suas implicações na qualidade de vida local e no meio ambiente.

3.3. Elaboração do Relatório de Sistema de Indicadores Sanitários, Epidemiológicos, Ambientais e Socioeconômicos (RSI)

O Consórcio DGH – Cariri deu prosseguimento à elaboração do Relatório de Sistema de Indicadores – RSI, mediante o levantamento de dados e informações junto aos órgãos do município e através de informações obtidas pela internet, o qual se encontra 80% concluído. Após a análise da COSAM, o relatório retornou para serem realizadas as devidas correções, onde consiste em uma análise crítica de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos do município, que servirão como ferramenta para construção do Relatório de Diagnóstico Situacional – RDS.

3.4. Elaboração do Prognóstico (RCPCA, RCPS, ROM, RCP, RPPA e RAEC)

Após a conclusão do RDS, iniciará a elaboração do Prognóstico que levará em consideração as atividades de mobilização social, os planos governamentais existentes e a situação atual do saneamento básico no município. A partir das dificuldades e problemas verificados pelas vistorias técnicas e pela população, será possível propor objetivos e metas para a universalização, estudos de crescimento populacional e de demandas, hierarquização de prioridades por área e planejamento das ações.

O Prognóstico é composto pelos seguintes relatórios:

- Relatório de Cenários Prospectivos e Concepção de Alternativas - RCPCA;
- Relatório de Compatibilização com os demais Planos Setoriais - RCPS;
- Relatório de Objetivos e Metas de Curto, Médio e Longo Prazo para a Universalização, admitidas soluções graduais e progressivas - ROM;

Eng^o Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Eng^o Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Eng^o Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tec^o San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE





- Relatório de Compatibilização com os Planos Plurianuais e com outros Planos Governamentais Correlatos - RCP;
- Relatório de Programas, Projetos e Ações necessárias para atingir os Objetivos e as Metas, identificando possíveis Fontes de Financiamento – RPPA; e
- Relatório de Ações para Emergências e Contingências – RAEC.

3.5. **Elaboração do Relatório de Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência e Eficácia das Ações Programadas (RASP)**

O Relatório de Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência das Ações Programadas – RASP será elaborado posteriormente ao Prognóstico, o qual levantará a regulação como um instrumento de gestão do setor de saneamento, na busca da universalização, previsto na Lei Federal nº 11.445/2007. Os papéis exercidos pela regulação são: fazer cumprir, por meio das políticas regulatórias, as macrodefinições estabelecidas nas políticas públicas setoriais decididas no âmbito dos poderes executivo e legislativo; desenvolver mecanismos que incentivem a obtenção de eficiência das empresas prestadoras de serviço, pois desse modo, mais recursos poderão ser canalizados para a expansão da infraestrutura; e proporcionar um ambiente mais estável para realização de investimentos públicos e privados no setor.

3.6. **Elaboração do 9º Relatório de Mecanismos de Participação da Sociedade (RMPS)**

O 9º Relatório de Mecanismos de Participação da Sociedade – RMPS foi elaborado com base nas atividades que deram continuidade ao processo de desenvolvimento do PMSB.

A nona atividade de mobilização social foi a Preparação para a Conferência do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, que envolverá a participação das autoridades locais, sociedade civil, Grupos de Trabalho e Atores Sociais.

Conforme disposto no item 3.1 do presente relatório, será apresentada uma nova data para realização da Conferência a partir de **10 de janeiro de 2012**.

Engº Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Engº Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Engº Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tecº San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE





3.7. Elaboração do 9º Relatório de Acompanhamento da Implantação de um Sistema de Informações dos Planos de Saneamento (RSIS)

Durante o mês de outubro foi dado prosseguimento à codificação do sistema, o carregamento inicial de dados com as informações de indicadores gerais existentes em vários sistemas e a fase de testes que somente será finalizada com as sugestões e críticas vindas da avaliação. Também foram inseridos dados (modelo) sobre programas e ações para que fosse disponibilizada uma versão de avaliação e críticas das instituições envolvidas. Esta versão estará disponível a partir de 14/12/2011 no sítio www.msevero.sytes.net:8070/syspmsb utilizando o usuário “cariri” e senha “cariri”. Esta versão deverá ser avaliada e as sugestões e/ou críticas serão discutidas em reuniões a serem marcadas. Serão apresentados no RSIS as opções do Menu Projetos/programas.

O RSIS encontra-se 90% concluído, sendo finalizado com a entrega do programa.

Engº Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Engº Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Engº Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tecº San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE





EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL NA ELABORAÇÃO DO PMSB

Engº Civil Fúlvio Oliveira Rolim – CREA 13.377-D/CE

Engº Civil José Luiz Cantanhede Amarante – CREA 47.403-D/RJ

Engº Civil Helio Hiroshi Toyota – CREA 60.862-D/SP

Engº Civil Orlando Yoshiaki Okuyama – CREA 7.642-D/PR

Engº Civil Joaquim Batista da Silva Junior – CREA 32.512-D/SP

Economista Rômulo César Ribeiro e Silva

Assistente Social Mirella Fiúza de Sousa Rolim

Assistente Social Deise de Sousa Peres

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO

Engº Civil Abelardo Guilherme B. Neto – CREA 12.945-D/CE

Engª Civil Karine Cristiane de Oliveira Souza – CREA 38.244 /CE

Tecgª em San. Ambiental Camila Cassundé Sampaio – CREA 45.930 /CE

Tecgª em San. Ambiental Lídici Santiago Batista Uchoa

Administrador Daniel Dias Peixoto de Alencar

Técnico Lourenço Adolfo Ferreira Soares

Analista de Sistemas Carlos Marcos Severo de Oliveira

Engº Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Engº Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Engª Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tecgª San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE





ANEXOS

Eng^o Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Eng^o Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Eng^o Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tec^o San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE



ANEXO A – OFÍCIO



Farias Brito
cada vez melhor
Governo Municipal

GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 55 / 2011 **Farias Brito – CE, 20 de Outubro de 2011.**

Sr. Diretor

Pelo que preconiza a Lei 11.445/07 (Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico) a participação da sociedade na formulação de políticas e planejamento do Plano de Saneamento Básico – PMSB é uma necessidade.

O Consórcio DGH, enquanto parceiro no processo de elaboração do PMSB, prestando os serviços de consultoria e assessoria ao nosso município, desde fevereiro do ano em curso, tendo acompanhado todo o processo de mobilização e participação da sociedade nesta elaboração, colaborando com a realização das audiências públicas previstas no Termo de Referência da FUNASA e, com o agendamento da Conferência programada para o período entre 25 de novembro a 15 de dezembro cumpre a sua meta.

No entanto, o contexto local inviabiliza a realização desta conferência no período acima citado por razões várias entre elas: aproximação com as datas festivas de final de ano, envolvimento dos membros do Conselho Popular e Atores Sociais em outras atividades referentes as instituições que representam e compromissos dos secretários municipais em ações governamentais.

Desta forma, apresentamos-lhe nova data para realização da Conferência a partir de 10 de janeiro de 2012.

Confiantes no entendimento, agradecemos-lhe.

Atenciosamente.



José Vandevelder Freitas Francelino
Prefeito Municipal

Ao
Consórcio DGH – Cariri - CE
Dr. Fúlvio Oliveira Rolim
Fortaleza - CE

Engº Civil Fúlvio Oliveira Rolim
CREA 13.377-D/CE

Engº Civil Abelardo Guilherme B. Neto
CREA 12.945-D/CE

Engº Civil Karine C. de O. Souza
CREA 38.244-D/CE

Tecº San. Ambiental Camila C. Sampaio
CREA 45.930-D/CE